**A fome e a Produção Involucra de Alimentos**

**RESUMO**

Na América Latina, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos agrícolas são descartados em diversas fases da produção e, apesar da disponibilidade em prateleiras nas redes de supermercados, o problema do acesso e da insegurança alimentar só aumenta. Alguns estudos no Brasil invalidam o cultivo de subsistência e incrementam as políticas de concentração de terras, aliada a produção de alimentos economicamente rentável aos grupos que dominam os mercados das redes atacadistas e varejistas, e a exportação de commodities. Apesar da agricultura de subsistência sofrer críticas, ela se mostra como alternativa viável do combate a insegurança alimentar, principalmente para determinados grupos humanos que vivem isolados, como comunidades tradicionais que vivem na Amazônia. Através da agricultura de subsistência, as comunidades tradicionais têm evidenciado, ao longo dos anos, que quintais, roçados, coleta e captura de alimentos envolvendo espécies vegetais e animais apresenta-se como um modelo sustentável de desenvolvimento no combate a insegurança alimentar.

**Palavras-Chave**: Produção de Alimentos. Commodities. Desenvolvimento Sustentável.

**Involucre food production and the growing number of hungry people**

**ABSTRACT**

In Latin America, about 1,3 billion tons of agricultural food is discarded at various stages of production and, despite the availability on supermarket shelves, the problem of access and food insecurity only increases. Some studies in Brazil invalidate subsistence farming and increase land concentration policies, coupled with economically profitable food production for groups that dominate wholesale and retail markets, and the export of commodities. Although subsistence farming is criticized, it shows itself as a viable alternative in the fight against food insecurity, especially for certain human groups that live in isolation, such as traditional communities living in the Amazon. Through subsistence farming, traditional communities have shown, over the years, that backyards, gardens, collection and capture of food involving plant and animal species are a sustainable development model in the fight against food insecurity.

**Keywords:** Food production. Commodities. Sustainable development.

**1. INTRODUÇÃO**

No mundo todo, embora a maioria da população passe por situações de insegurança alimentar[[1]](#footnote-1), os alimentos dispostos em prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas seriam suficientes para alimentar a população. Mas isso acontece devido à falta de recursos financeiros da maioria para realizar a compra, o que denuncia o problema do acesso aos alimentos disponibilizados nesse tipo de estabelecimento.

No Brasil do século XXI, em meio pandemia de SARS-CoV-2[[2]](#footnote-2), os noticiários denunciam o aumento do número de pessoas famintas que praticam pequenos furtos de alimentos nas redes de supermercados atacadistas e varejistas. Por outro lado, outras notícias denunciam o desperdício de alimentos que não são vendidos por essas redes.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, do inglês Food and Agriculture Organization (FAO, 2022)[[3]](#footnote-3), no âmbito da venda de alimentos agrícolas, no Brasil é desperdiçado o equivalente a 22 bilhões de calorias, o que atenderia às necessidades nutricionais de 11 milhões de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar. No que tange à produção, só na América Latina, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos agrícolas são descartados em diversas fases, seja na produção, na pós-colheita, no armazenamento ou transporte. Esses números abrangem todas as fases da produção, incluindo safras, indústria, logística, varejo, etc.

Uma política de doações de alimentos pelas redes de supermercados atacadistas e varejistas para pessoas de baixa ou nenhuma renda inexiste. Mesmo para aqueles produtos que se aproximam da data de validade, não existe qualquer movimento dessas redes para facilitar a doação ou o barateamento de alimentos, principalmente na Amazônia do século XXI. Ademais, ainda que os alimentos dispostos em prateleiras de supermercados atacadistas e varejistas não resolvam o problema da fome, no Brasil, todo mercado que compõe a rede de produtos alimentícios só expandem.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o incremento das cadeias da produção de alimentos em paralelo ao crescente número de famintos, evidenciar os alimentos de quintais cultivados pelas Comunidades Tradicionais (CTs) como alternativa no combate à insegurança alimentar, além de demonstrar os possíveis riscos à autonomia e à segurança alimentar dessas comunidades. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica sobre a produção de alimentos e a fome e uma pesquisa de campo em duas Comunidades Tradicionais residentes em ilhas fluviais amazônicas.

## **2. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROPECUÁRIOS E INDUSTRIAIS E SEUS MERCADOS**

Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas, que aqui chamaremos de AGROMAS (Figura 1), são produtos de origem vegetal e animal, vendidos *in natura* ou processados, com características que divergem quanto à quantidade, tamanho, forma, sabor, cheiro, composição química, coloração etc. A produção de AGROMAS tem como finalidade principal preencher as prateleiras de supermercados (pequenos, médios ou de grande porte) e, ainda, atacadões (empresas comerciais que vendem uma variedade de produtos em grande quantidade), no qual o acesso só é possível para aqueles que tem poder de compra – ou seja, renda monetária suficiente para a aquisição dos produtos e disposição a pagar os preços vigentes.

**FIGURA 1**

**Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas (AGROMAS) – Ativos da Cadeia do AGROMAS.**

Diagrama

Descrição gerada automaticamente

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A produção de AGROMAS envolve vários grupos de interesse, incluindo atores governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas, sociedade civil, Organizações de Governança Global (OGG), além de instituições que compõem as Cadeias Globais de Valor (CGV)[[4]](#footnote-4). Esses grupos de interesse atuam em campos diversos, como definição de políticas públicas que irão definir e facilitar a cadeia de mercados que compõe o AGROMAS. Outros, atuam na execução da produção dos AGROMAS ou ainda nos planos de governança das cadeias de mercado.

A maioria dos grupos de interesse está sediada em países desenvolvidos envolvendo empresas de grande e médio porte que buscam maior abertura de capital gerado por essa fonte, além de serviços em escala mundial[[5]](#footnote-5). Esses grupos influenciam diretamente na produção, na disponibilidade e nos preços dos alimentos até chegar ao consumidor final.

A geração dos AGROMAS, apontada como solução para o problema da fome, virou uma espécie de falácia nos discursos das grandes corporações e de diversos estudos científicos que estimulam o mercado da produção de alimentos. Essas corporações agregam diferentes grupos de interesse em diversos países e influenciam diretamente na geração de AGROMAS.

Como exemplo de Organizações de Governança Global (OGG), pode-se citar a ONU-FAO, como entusiastas da produção de alimentos agrícolas. Com o objetivo declarado de acabar com a fome no mundo, essas instituições desempenham um importante papel na validação de diversos estudos que influenciam no avanço da produção de alimentos em países em desenvolvimento, além de mobilização social e intelectual através em fóruns, programas, convenções e projetos, ditando as tendências e os desafios globais no desenvolvimento agrícola (FAO, 2022).

A ONU atualmente conta com 194 países membros que trabalham num esforço coletivo de erradicar a fome no mundo através de políticas de incentivo à produção e disponibilidade dos alimentos, além de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável nos países membros e incremento das cadeias de valor em diversos países.

Com a crescente globalização, a agricultura vai deixar de ser um setor independente e vai tornar-se parte de uma cadeia de valor. A cadeia de valor tem várias fases, desde a produção, ao processamento e à venda, e todos os elementos estão agora altamente concentrados, integrados e globalizados (FAO, 2023).

Já as instituições que fazem parte das Cadeias de Valor Global (CGV) ou Cadeias Globais de Fornecimento, são empresas multinacionais gigantescas do setor agroindustrial, na sua grande maioria, multinacionais multiníveis, que tem suas origens em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão, Australia etc., sendo líderes em tecnológicas digitais. Segundo Adas (1988), as multinacionais possuem grande poder e controle sobre vários tipos de mercados que são a elas submetidos.

Essas empresas comandam sistemas de produção em todos os campos (alimentícios, vestuário, telecomunicação, etc) e possuem um sistema fragmentado com estágios de produção dispersos e concentrados em países de baixa renda. Tais países são atrativos do ponto de vista da produção, pois a maioria apresenta grande quantidade de recursos naturais, grande quantidade de terras disponíveis para o cultivo, mão de obra barata, sem grandes cobranças de custos ambientais, desmatamentos, alteração do solo, entre outros (Adas, 1988; Fleury & Fleury, 2020).

Como exemplo de empresas que representam as cadeias globais de fornecimento pode-se citar: Cargill, Tesco, Walmart, Carrefour, Nestle, entre outras (Adas, 1988; Fleury & Fleury, 2020). Segundo Fleury e Fleury (2020), as empresas que se encontram dentro das CGV possuem suas atividades relacionadas a obtenção de insumos para distribuição no mercado de produção.

As multinacionais são as principais responsáveis pela geração de Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas. No AGROMAS, essas empresas controlam a cadeia de mercados (Figura 2), a produção e a distribuição de alimentos no mundo.

**FIGURA 2**

**Mercados que formam a Cadeia de produção do AGROMAS**

Interface gráfica do usuário, Diagrama, Texto, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Dois alvos são atrativos para as multinacionais quando se trata de levar a produção de alimentos para países de baixa renda. 1) Recursos Humanos: grande quantidade de pessoas de baixa renda atraídas com oferta de emprego e qualificação. Por outro lado, as multinacionais ganham com mão de obra barata e mais pessoas aderentes a política de produção; 2) Recursos naturais: transformação ou destruição de florestas com desmatamento em alta escala para construção de estradas para escoamento da produção por via terrestre, construção de portos marítimos para escoamento da produção por via marítima, construção de agroindústrias processadoras de alimentos, construção de silos, escritórios, etc.

Com o foco na produção e no lucro dos mercados que movimentam o AGROMAS, a produção final atende, especificamente, a população de maior renda oferecendo pouca vantagem a população de baixa renda e nenhum acesso para a população sem renda. Contudo, além de todos os mercados já mencionados, há outros que levam a uma grande procura por esses tipos de alimentos. O mercado do Marketing é um exemplo. Nesse mercado encontra-se uma lógica Shumpeteriana de consumo, onde as pessoas são induzidas a mudar seus hábitos alimentares originais, sendo influenciadas pela comunicação de mídia (propaganda, redes sociais, novelas, filmes, etc) a terem novas necessidades de consumo.

Um exemplo desse estímulo ao consumo dos AGROMAS, especialmente sobre os produtos industrializados, recai na introdução desses alimentos para o público mais jovem. Produtos como como biscoitos recheados, iogurtes, sucos artificiais, salgadinhos, doces, refrigerantes, chocolates etc., são massivamente lançados na mídia digital, garantindo: 1) o desejo e consumo por esse tipo de alimento; 2) o escoamento da produção; e 3) faturamento e a manutenção dos mercados que movimentam essa economia, entre outros.

Outro importante veículo de publicidade que movimenta a cadeia de produção do AGROMAS são os estudos que validam o título de produção sustentável aos mercados que compõem o AGROMAS. Geralmente, esses estudos são feitos por instituições de governança global, instituições públicas e privadas envolvendo universidades, faculdades e outras, que integram o mercado de estudos tecnológicos, inovações e mudanças climáticas. Alguns desses estudos servem para evidenciar os problemas causados por esse tipo de produção, como desmatamentos, assoreamentos, erosão, etc., e outros servem para maquiar os rastros ambientais que essa produção provoca. Nesse sentido, o título de produção sustentável passa a ser estratégico para que os mercados dos AGROMAS continuem expandindo.

Para o Brasil, as ações envolvendo o AGROMAS são economicamente rentáveis. Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2022), em 2022 as exportações de produtos brasileiros como óleo de soja foram a US$ 326,08 milhões e as vendas externas de carne bovina responderam por 52,6% do valor total exportado pelo Brasil com relação a carne suína. As exportações também foram recordes, rendendo o equivalente a US$ 266,59 milhões (+28,9%) ou a segunda melhor cifra de toda a série histórica desde 1997. A exportação de milho superou a série histórica, chegando à cifra recorde de US$ 2,03 bilhões.

Ademais, os setores que mais contribuíram para o crescimento das vendas externas do agronegócio entre janeiro e agosto de 2022 foram: soja (+US$ 10,80 bilhões); carnes (+US$ 4,01 bilhões); cereais, farinhas e preparações (+US$ 3,90 bilhões); produtos florestais (+US$ 2,13 bilhões) e café (+US$ 2,08 bilhões), tendo como principais importadores a China, a União Europeia, Japão, Índia, Irã, Egito, Colômbia, Estados Unidos, Indonésia, entre outros (MAPA, 2022).

A ambição de fortalecer o agro para integrar o Brasil ao mundo dos negócios tem elevado a balança comercial do Brasil em um superávit de US$ 128,56 bilhões (MAPA, 2022). Considerado com o player no mercado internacional, o Brasil tem elevado a participação na disponibilidade de commodities (Ipea, 2022), o que significa que uma grande parcela da produção dos AGROMAS, envolvendo alimentos *in natura,* como grãos, segue para outros países.

A alta geração de produtos agroindustriais leva a toneladas de alimentos que são disponibilizados anualmente nas redes de supermercados atacadistas e varejistas. No Brasil, os empresários desse ramo só expandem. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados, (ABRAS, 2022) a rede Pão de Açúcar[[6]](#footnote-6) deve expandir mais 300 lojas até 2024 em todo Brasil.

Apesar do aumento desse tipo de estabelecimento e da disponibilidade de alimentos em prateleiras nessas redes de supermercados atacadistas e varejistas, o problema da insegurança alimentar parece persistir. Segundo o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI) da FAO, a pobreza e a fome alcançaram, aproximadamente, 811 milhões de pessoas em 2021 (UNICEF, 2022) e a mesma reconhece que, apesar do esforço na produção de alimentos, o problema da fome continua crescente.

Apesar dos progressos realizados nas últimas duas décadas, 870 milhões de pessoas ainda sofrem de fome crónica. Entre as crianças, estima-se que 171 milhões de crianças menores de cinco anos sofram de desnutrição crónica (baixa estatura para a idade), quase 104 milhões tenham baixo peso para a idade e 55 milhões sofram de desnutrição aguda (FAO, 2023).

Segundo dados de uma pesquisa realizada sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 acerca da alimentação da população[[7]](#footnote-7), 59% dos domicílios brasileiros apresentaram algum quadro de insegurança alimentar durante a pandemia com diminuição de consumos de alimentos considerados importantes para a subsistência, como carnes (redução de 44%) e frutas (redução de 41%). Durante o período, o aumento dos preços dos alimentos disponíveis em prateleiras subiu para 14,09%, maior índice já registrado desde 2016 (6,29%), com maior destaque a alimentos como tomate e óleo de soja (Galindo et al., 2021).

**3. ALIMENTOS DE QUINTAIS: UMA NOVA ALTERNATIVA NO COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR?**

No século XXI, diante das novas tecnologias voltadas para a produção de alimentos, confronta-se, por outro lado o aumento da insegurança alimentar no mundo todo. Na contramão dessa realidade, no Brasil, as comunidades tradicionais que se mantiveram em seus territórios, com acesso à terra e a biodiversidade, possuem um modelo autossustentável de subsistência, evidenciando um tipo de desenvolvimento que envolve a produção autônoma de alimentos em quintais agroflorestais. Esse modelo é o que tem resolvido o problema da fome e o combate a insegurança alimentar em várias regiões.

Na Amazônia, a agricultura subsistência evidencia uma alternativa viável aos grupos humanos que tem pouco ou nenhum acesso ao AGROMAS. No caso das CTs, o não acesso ao AGROMAS pode ocorrer por diversos motivos: 1) falta de recursos financeiros para realizar a compra de alimentos nas redes de supermercados atacadistas e varejistas (problema que não afeta somente pessoas que vivem em áreas rurais, mas, principalmente, as que vivem em áreas urbanas); 2) distanciamento geográfico das redes de supermercados atacadistas e varejistas, já que estes se concentram em áreas urbanas e as CTs em áreas rurais; 3) em caso das CTs residentes em ilhas fluviais, limitação na locomoção das famílias feitas por hidrovias, as quais não podem ser navegáveis em qualquer hora do dia, pois o transporte feito por pequenas embarcações obedecem aos movimentos das marés; entre outros.

Como a maioria das CTs não tem acesso direto às redes de supermercados atacadistas e varejistas, a agricultura subsistência praticada em quintais agroflorestais tem garantido a segurança alimentar dessas populações ao longo de anos.

Autores como Lunz (2007), Lourenço (2009; 2012), Martins et al. (2012), Pereira (2017), entre outros, ressaltam a importância dos quintais nas pequenas propriedades rurais como estratégia de cultivo e coleta, principalmente de espécies frutíferas que auxiliam na alimentação diária das famílias. Nesse sentido, os quintais representam uma fonte segura de recursos essenciais para a soberania alimentar e para geração de renda das comunidades tradicionais.

Segundo Lunz, o quintal agroflorestal, também chamado de horto caseiro ou pomar caseiro, consiste na associação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais, ao redor da residência, com o objetivo de fornecer várias formas de bens e serviços. Esses quintais são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as frutíferas apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes. Estas frutíferas constituem-se em uma opção econômica viável para as condições da Região Amazônica e têm se tornado um componente, cada dia mais comum, dos sistemas de produção dos pequenos agricultores (LUNZ, 2007).

Lunz, em estudo realizado em 2007, ao retratar a importância das espécies vegetais existentes em quintais agroflorestais que contribuem para segurança alimentar e geração de renda das populações amazônicas, apontou 50 espécies frutíferas no distrito de Nova California, em Rondônia, entre elas taperebá, pupunha, tucumã, jambo, açaí, manga, entre outras (LUNZ, 2007). E acrescenta ainda

Esses quintais, são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as frutíferas apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes. [...]. Os quintais agroflorestais estão presentes em todas as propriedades estudadas e são manejados normalmente para subsistência, no entanto, algum excedente é comercializado, permitindo uma renda suplementar a essas famílias. [...] As frutíferas desempenham um papel importante na alimentação dessas famílias e todas as espécies encontradas possuem valor alimentício (LUNZ, 2007, p.3).

Martins, ao retratar espécies alimentícias disponíveis nos quintais com ecossistemas de várzea na Comunidade Boca do Moa, no Acre, identificou 54 espécies vegetais, entre elas, açaí, bacaba, buriti entre outras, com predominância do cultivo da mandioca em 90% dos espaços visitados (DE OLIVEIRA MARTINS, 2012). E acrescenta ainda:

Os roçados e quintais ribeirinhos representam uma alternativa sustentável de produção alimentícia e medicinal para as comunidades tradicionais da Amazônia, principalmente no que se refere à diversidade de produtos e à geração de renda. [...]. tanto os quintais quanto os roçados auxiliam na subsistência e na renda das famílias ribeirinhas [...]. Assim, a produção destina-se na sua maioria para a subsistência e o excedente para a venda, auxiliando na renda da família (DE OLIVEIRA MARTINS, 2012, p. 115).

Lourenço (2009), ao tratar de espécies vegetais constantes em quintais de CTs de três assentamentos rurais, Tarumã-mirim, ZF7 e Vila Amazônia, no Estado do Amazonas, apontou a existência de 70 espécies vegetais, entre elas o ingá, o tucumã, o muruci e a sapotilha, sendo que algumas dessas espécies, além de garantir segurança alimentar, apresentam usos múltiplos, como o da arvore do ingá, que além de oferecer o fruto que é consumido in natura, sua madeira é usada para lenhas e as folhas na compostagem (Lourenço, 2009). E ainda enfatiza:

A agrobiodiversidade dos quintais agroflorestais vem sendo destacada como determinante da sustentabilidade das comunidades tradicionais na Amazônia. [...] Além disso, os quintais agroflorestais vêm produzindo colheitas sustentáveis por séculos, utilizando os recursos naturais, na maioria das vezes, de forma eficiente. [...] Esses quintais são muitos comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as fruteiras apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes (LOURENÇO, 2009, p.1)

Segundo Lourenço, a agrobiodiversidade[[8]](#footnote-8) disposta em quintais agroflorestais tem papel importante na sustentabilidades das CTs amazônicas. As espécies vegetais dispostas em quintais agroflorestais, permite uma variedade de culturas agrícolas, com árvores de múltiplos uso, atendendo as necessidades básicas das populações locais. A vantagem em ter várias espécies arbóreas nos quintais evita um quadro de deterioração ambiental. Além de gerar produção e colheita de forma sustentável (LOURENÇO, 2009) .

Esses estudos provam que, em tempos diferentes, a biodiversidade disposta em quintais tem desempenhado um importante papel na subsistência e na autonomia alimentar de seus povos. A diversificação de espécies vegetais e animais, tem servido, ao longo dos séculos, para manutenção dos ecossistemas amazônicos, além de servirem, muitos deles, como importante fonte de proteína e energia para milhares de gerações que povoam a Amazônia.

Embora haja o reconhecimento de um estilo de vida sustentável na alimentação das CTs em diversos estudos acadêmicos, a agricultura subsistência praticada em quintais parece sucumbir diante da intensa produção de AGROMAS. De forma geral, a ausência de dados oficiais sobre a diversidade de espécies usadas como fonte de alimentos em diversas regiões da Amazônia Legal (Ipea, 2016) provoca uma invisibilidade sobre as dinâmicas que envolvem a biodiversidade e as populações da Amazônia.

A invisibilidade sobre a diversificação de espécies locais usadas como fonte de alimento na região pode acontecer por diversos motivos, tais sendo: 1) as características peculiares da Amazônia, considerando os grandes e distintos territórios, com grande diversidade biológica, vegetal e animal; 2) grande quantidade de agrupamentos humanos que vivem isolados. Esse item leva a um outro ponto que é: 3) dificuldades no acesso as áreas habitadas, isoladas, incluindo terras indígenas, ilhas fluviais que, na maioria dos casos, possuem grande distanciamento de áreas urbanas; 4) falta de recurso público ou vontade política para investimento em pesquisas dentro das áreas mais isoladas da Amazônia; 5) desvalorização da produção de baixo impacto econômico, onde a produção de alimentos é feita em pequena escala, a nível de subsistência 6) não participação do extrativismo de coleta em políticas de exportação, sem que esses alimentos componham as prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas. Esses podem ser alguns dos entraves para que não haja valorização, conhecimento e reconhecimento nos registros oficiais sobre o consumo diversificado de alimentos existentes nas diferentes amazônias[[9]](#footnote-9).

Como a invisibilidade persiste, muitas regiões habitadas podem ser tratadas como territórios imensos, vazios, desprovidos de desenvolvimento local, mas, com grande potencial para as novas políticas desenvolvimentistas envolvendo o uso da biodiversidade que passa a ser vista como moeda de troca. As florestas, o solo, mananciais aquíferos e toda diversidade biológica são considerados como o novo ouro verde para a intensificação da produção dos AGROMAS.

Na Amazônia, as empresas multinacionais, produtoras e processadora de alimentos, disputam territórios com os Povos Originários a fim de expandir a produção de grãos, além de portos marítimos e terrestres para a exportação de *commodities.* Como exemplo de empresas que expandem a cadeia de AGROMAS, podemos citar a Cargill S.A. Com Sede em Minnesota nos EUA, a CARGILL, se enquadra nos padrões da Industria 4.0[[10]](#footnote-10), envolvendo bioindustrialização e bioeconomia, atuando em vários segmentos como: agricultura, *food servisse,* T*rade & Structured Finance,* entre outros. A empresa se apresenta como uma das maiores comerciantes de grãos e oleaginosas do planeta, ajudando formatar a agricultura de alto impacto, conectando produtores e usuários do mundo.

Como indústria que compõe a Cadeia de Valor Global, a Cargill tem um papel importante no mercado das *Comodities* agropecuárias. Com filiais no Brasil e em diversos países, essa indústria tem aumentado ainda mais movimentando a criação bovina na Guatemala, El Salvador, Costa Rica e outros países da América Central, para ao final, exportar a carne bovina a países da Europa e Estados Unidos (Cargill, 2022). Ademais, com o discurso de “nutrir o mundo” aumentando a oferta de alimentos, a empresa tem concentrado seus esforços no escoamento de grãos, como soja e milho produzidos em Estados Amazônicos como Rondônia, Mato Grosso e Pará (Cargill, 2022), com único objetivo de continuar produzindo e aumentando as cadeias de AGROMAS.

Na agricultura, a empresa oferece serviços de armazenamento, comercialização, processamento e distribuição de grãos e sementes oleaginosas como trigo, milho, oleaginosas, cevada e sorgo, assim como, óleos vegetais e rações. Na linha *food servisse*, a empresa oferece produtos e soluções que fornecem mais sabor, rendimento, facilidade de manuseio, versatilidade.

No *food service* algumas marcas tradicionais fazem parte do portfólio, como: Liza, Pomarola, Elefante e Mazola. No *Trade & Structured Finance* (Comércio e Finanças Estruturadas), sediada em Singapura com 300 funcionários localizados em 18 escritórios ao redor do mundo (Cargill, 2022), oferece soluções financeiras para a conduzir o comércio global e reduzir os riscos associados a produtores e processadores de mercadorias, comerciantes de bens materiais, importadores, etc. (Cargill, 2023), além de oferecer produtos como: acidulantes, citratos, hidrocoloides e lecitinas[[11]](#footnote-11), cacau, chocolate, óleos e gorduras, amidos e adoçantes.

No Estado do Pará, em Santarém, município pertencente ao Baixo Amazonas, pessoas pertencentes a etnia *Mundurukú* e *Apiaká* (Silva, 2022) tem enfrentado situações de violência com a invasão de suas terras pela empresa Cargill.

O contexto de Santarém, em termos de políticas para os povos indígenas, é marcado por conflitos agrários, disputas e violência, dentro de uma região caracterizada pela diversidade étnica constantemente ameaçada e que resiste à atuação dos empresários das commodities (Silva, 2022, p.46).

Outro município amazônico, o de Abaetetuba e suas ilhas adjacentes, também têm sido palco de mais um novo projeto desenvolvimentista envolvendo uma multinacional da indústria alimentícia. Para o atendimento a exportação de *commodities* agrícolas*[[12]](#footnote-12)*, a empresa, com apoio do Estado, está com um projeto de instalação portuária[[13]](#footnote-13) nas terras das Comunidades Tradicionais que vivem na Ilha Xingu, vizinha da Ilha Caripetuba, com o uso aproximado de 400 hectares de terra (Cargill, 2022) que serão utilizadas para construção do terminal marítimo, além de silos para depósito dos grãos que serão exportados. Na Figura 3 ilustra-se o mapa da região envolvendo ações de operações da Cargill, Ilhas Xingu, Caripetuba e Capim.

**FIGURA 3**

**Mapa da região envolvendo ações de operações da Cargill, Ilhas Xingu, Caripetuba e Capim**



Fonte: Cargill (2018).

Na Figura 4 apresenta-se uma imagem Projeto inicial do terminal portuário na ilha Xingu, banhada pelo Rio Urubueua.

A previsão é que haja uma intensa movimentação da malha hidroviária no entorno das ilhas fluviais de Abaetetuba, algo que já é perceptível pelas CTs locais que fizeram parte deste estudo. A empresa apresenta uma possível ameaça à autonomia e à segurança alimentar das populações que vivem nessas áreas mais isoladas da Amazônia. Muitas comunidades têm resistido e se posicionado contra a instalação da empresa na região.

**FIGURA 4**

**Imagem Projeto inicial do terminal portuário na ilha Xingu, banhada pelo Rio Urubueua.**



Fonte: Cargill (2018).

Uma das sequelas provocadas pela instalação portuária na região envolve o desmatamento e a devastação da vegetação nativa e exótica, além de risco ao desaparecimento de algumas espécies animais da área, incluindo espécies aquícolas. No entanto, essas sequelas são inevitáveis, uma vez que para construir os canteiros, as áreas de apoio, acessos a área do Terminal de Uso Privado (TUP) Abaetetuba algumas espécies vegetais, animais, marinhas e terrestres devem sofrer impacto. O Relatorio de Impacto Ambiental (RIMA) realizado pela empresa em 2018, confirma as situações de alteração na área para construção do TUP.

“Durante as atividades de corte da vegetação estes podem se acidentar em função da ação dos equipamentos e queda de árvores. Durante a fase de obras, a emissão de ruídos e a movimentação de veículos e maquinários, perturbam os animais e os afugentam da área” (Cargill, 2018. P.53).

Outro impacto potencial é a chegada de trabalhadores na área e a necessária eliminação da vegetação para construção de áreas de habitação para esses trabalhadores. A tendencia é que haja também um possível aumento da caça de animais silvestres. Com relação aos recursos hídricos, durante a execução das obras, as águas dos rios e dos furos poderão perder a qualidade, uma vez que os sedimentos da obra ocasionarão a suspensão do terreno arenoso que compõe a área. Além disso, o movimento das embarcações gerará alterações importantes no fluxo das águas, o que deve provocar a diminuição de uma grande variedade de espécies aquícolas, incluindo as que tem garantido a autonomia e a segurança alimentar das populações ribeirinhas que vivem nessas áreas ao longo dos séculos.

Instituições como o Ministério Público do Pará (MPPA, 2021), através de inquérito civil público[[14]](#footnote-14), tem acompanhado o processo de licenciamento da empresa. Instituições religiosas como a igreja católica, juntamente com as comunidades religiosas localizadas nas CTs, também tem se mobilizado contra a empresa, em defesa do território, Na Figura 5 é mostrada uma imagem da bandeira de protesto contra a empresa norte americana CARGILL em terras ribeirinhas.

**FIGURA 5**

**Bandeira de protesto contra a empresa norte americana CARGILL em terras ribeirinhas**



Fonte: MPPA (2021).

Com a promessa de “nutrir o mundo” (Cargill, 2022) fomentando o crescimento econômico da Amazônia, a empresa parece invisibilizar os impactos que o terminal portuário pode causar no sistema alimentar das famílias que dependem diretamente das florestas e dos rios para manter uma rotina de alimentação diária. Segundo a moradora da Ilha Tabatinga, Raimunda, uma das entrevistadas deste estudo, há uma evidente diminuição de peixes e camarões no principal rio da ilha, o Rio Tocantins, que banha não só a Ilha do Tabatinga, como também todas as 72 ilhas do território, e serve como principal provedor de alimentos pesqueiros da região.

Esta situação é evidenciada na fala de Raimunda (Assentada da CTs Ribeirinha da Ilha Tabatinga) mencionando: “a gente tem percebido que a quantidade de peixe e camarão tem diminuído, mas não é pra menos porque o barulho das grandes embarcações afasta os peixes que a gente come. Antes não era assim”. De modo semelhante, Maria Santos, também assentada da Ilha Caripetuba, complementa que “já não se tem peixe, e com a chegada dessas empresas vai piorar mais ainda”.

As promessas envolvendo os benefícios da instalação portuária na região são velhos conhecidos das propostas desenvolvimentistas apresentadas para as populações amazônicas desde o início da exploração das jazidas minerais na década de 70. As promessas envolvem geração de emprego, renda, qualificação e agora a disponibilidade de internet em todo território. Como contrapartida, há uma transformação das áreas de florestas que passam a ser desmatadas para abertura de estradas, desmatamento de grandes hectares para plantação de grãos e pastagens, construção de silos, entre outros.

Porém, o atendimento às multinacionais e a uma política de intensificação da bioindustrialização na Amazônia pode provocar o desaparecimento de espécies da fauna e flora que, muitas vezes, não são nem catalogadas em estudos científicos. Há uma perda de grande impacto sem precedentes.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da alta geração de alimentos se mostrar economicamente rentável para alguns grupos que dominam os mercados de produção, esse sistema tem se mostrado ineficiente quando se trata do problema da fome. Diante de um quadro progressivo de insegurança alimentar, a agricultura de subsistência tem se mostrado como uma alternativa viável do combate a insegurança alimentar, principalmente no que se refere aos grupos humanos com posse de quintais agroflorestais.

Na Amazônia brasileira os discursos parecem convergir para a intensificação da produção de AGROMAS, mesmo que seu acesso seja limitado ao poder de compra e ele não resolva o problema da fome. De fato, muitos estudos, dependendo dos grupos de interesse de que façam parte, tem influenciado de maneira positiva a opinião de milhares de pessoas que olham a Amazônia como território promissor de produção agrícola e industrial. A questão é que a produção de alimentos virou um grande negócio na mão de produtores, graneleiros, fazendeiros e de toda cadeia de mercados que compõe os AGROMAS. O alimento, tão precioso para sobrevivência humana, constando como direito básico constitucional, virou instrumento de disputa mercadológica.

Apesar do sucesso na produção de AGROMAS com incremento de grande quantidade de alimentos que abastecem as prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas, os alimentos de necessidade básica não chegam à mesa de boa parte da população brasileira. Tal situação denuncia um grave problema do acesso aos alimentos e a necessidade de se pensar novas alternativas autossustentáveis e autônomas de se combater a insegurança alimentar no país.

**REFERÊNCIAS**

Abras - Associação Brasileira de Supermercados. (2022). *Pão de Açúcar*: plano de expansão prevê 300 novas lojas até 2024. Disponível em: https://www.abras.com.br/clipping/redes-de-supermercados/112539/pao-de-acucar-plano-de-expansao-preve-300-novas-lojas-ate-2024. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

Adas, M. (1988). *A fome*: crise ou escândalo? Moderna. São Paulo.

Azevedo, E. (2013). Segurança Alimentar e Nutricional e controvérsias científicas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 20(1supl), 147-155.

Barrett, C. B. (2002). Food security and food assistance programs. *Handbook of agricultural economics*, 2, 2103-2190.

Borchers, A., Teuber, S. S., Keen, C. L., & Gershwin, M. E. (2010). Food safety. *Clinical reviews in allergy & immunology*, 39, 95-141.

Boscolo, O. H., & Rocha, J. A. (2018). Saberes tradicionais e a segurança alimentar. *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas*, 51.

Cargill. (2018). *Relatório de Impacto Ambiental Terminal de Uso Privado* - Tup Abaetetuba. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt\_BR/abaetetuba-estudos. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.

Cargill. (2022). *O mais novo projeto da Cargill no Brasil*. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt\_BR/abaetetuba. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

Conab. Companhia Nacional de Abastecimento. (2019). *Açaí:* Análise Mensal. Dezembro 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-acai. Acesso em: 31 de março 2022.

FAO. (2022). *Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe*. Disponível em: https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

FAO. (2023). *Fao in Portugal*. Disponível em https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/. Acesso em: 01 de junho de 2023.

Farias, H. P., & Sáfadi, T. (2010). Causalidade entre as principais bolsas de valores do mundo. *Revista de Administração Mackenzie*, 11, 96-122.

Fleury, A., & Fleury, M. T. L. (2020). A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (global value chains) pós-pandemia. *Estudos Avançados*, 34, 203-219.

Galindo, E., Teixeira, M. A., De Araújo, M., Motta, R., Pessoa, M., Mendes, L., & Rennó, L. (2022). Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, 2.

Ipea. Instituto de Pesquisa Aplicada. (2022). *Mercados e preços agropecuários*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/12/mercados-e-precos-agropecuarios-6/. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

Lourenco, J. D. P., Sousa, S. G. A., Wandelli, E. V., Lourenço, F. D. S., Guimaraes, R. D. R., Campos, L. D. S., ... & Martins, V. F. C. (2009). Agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Central. In: *Congresso Brasileiro de Agroecologia, 6.; Congresso Latino-Americano de Agroecologia*, 2., 2009, Curitiba. Anais: agricultura familiar e camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável. Curitiba: ABA: SOCLA, 2009. 1 CD-ROM. p. 01121-01125.

Lunz, A. M. P. (2007). Quintais agroflorestais e o cultivo de espécies frutíferas na Amazônia. *Cadernos de Agroecologia*, 2(2).

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. *Balança comercial do agronegócio:* agosto/2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/brasil-exporta-us-14-8-bilhoes-em-produtos-do-agronegocio-em-agosto/Notaaimprensa08\_2022.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2022.

Martins, W. M. O., Martins, L. M. O., Paiva, F. S., Martins, W. J. O., & Júnior, S. F. L. (2012). Agrobiodiversidade nos quintais e roçados ribeirinhos na comunidade Boca do Môa–Acre. *Biotemas*, 25(3), 111-120.

Seplan. (1987). *Plano diretor do corredor da estrada de ferro carajas*. Seplan-Secretaria da Planejamento. da Presidência da República.

Silva, K. (2022). Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas. *Anuário Antropológico*, 47(1), 44-65.

UNICEF. (2021). *The state of food security and nutrition in the world 2021*. Disponível em: https://data.unicef.org/resources/sofi2021/?\_ga=2.71491987.1621895241.1663676880-191143017.1663676880. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

1. Não se trata conceituar a Insegurança Alimentar (IA) pelo ponto de vista das ciências agrárias, que considera como IA a contaminação de alimentos por patógenos, toxinas etc. (Borchers, 2010), nem de questionar as verdades nutricionais que estão contidas nos alimentos, como acontece nos laboratórios científicos de nutrição (Azevedo, 2013). Esse número retrata o conceito de IA do ponto de vista social, onde a falta de alimentos ou a fome pode levar uma pessoa a morte (Barret, 2002). [↑](#footnote-ref-1)
2. Doença provocada por vírus, mais conhecida como Covid. [↑](#footnote-ref-2)
3. A agência também trabalha no apoio a formulação e execução de políticas, projetos e programas na área agrícola para países em desenvolvimento (FAO, 2022). [↑](#footnote-ref-3)
4. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022) as *global value chains* ou cadeias globais de valor (CGV) podem ser definidas como o conjunto de atividades necessárias à produção e entrega do produto ao consumidor final. Segundo Fleury (2020), as CGV também podem ser consideradas como Cadeias Globais de Fornecimento e são lideradas por empresas multinacionais que apresentam processos de produção fragmentados e geograficamente dispersos localizados em países diferentes. [↑](#footnote-ref-4)
5. Esse fenômeno provocado pela globalização, se evidencia a partir do fim da guerra fria, onde as disputas acirradas no âmbito do mercado global, entre empresas e países que favoreceram uma “guerra” de mercado (Farias & Sáfadi, 2010) [↑](#footnote-ref-5)
6. Se constituí hoje como um dos maiores grupos de varejo e atacado da América Latina. [↑](#footnote-ref-6)
7. Estudo coordenado Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (Food for Justice: Power,Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy), sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universtität Berlin. O survey foi organizado em parceria com pesquisadores(as) do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). A coleta de dados foi realizada via ligação telefônica num período de 2 (dois) meses, novembro e dezembro de 2020 (Galindo et al., 2021). [↑](#footnote-ref-7)
8. Segundo a FAO, agrobiodiversidade envolve a diversificação de plantas, animais e microrganismos que são utilizados diretamente ou indiretamente para geração de alimentação, de energia, de combustíveis ou para fins fármacos (FAO, 1999). [↑](#footnote-ref-8)
9. A Amazônia legal abrange duas amazônias: a Oriental (Amapá, Tocantins e Mato Grosso, Pará, Maranhão, municípios situados a oeste do meridiano 44ºW) e a Ocidental (estados do Amazonas e Acre e Rondônia e Roraima (Decreto nº 291, de 28 de fevereiro de 1967). [↑](#footnote-ref-9)
10. Para estudiosos como Shwab (2016), essa nova Revolução Industrial ou Industria 4.0 envolveria uma série de tecnologias, envolvendo biotecnologia e genética, manufatura aditiva, robótica e tecnologia digital. [↑](#footnote-ref-10)
11. Acidulantes e citratos são ingredientes amplamente utilizados em alimentos e bebidas devido as propriedades que proporcionam ao produto final. Há uma grande diversificação de suas funções, que podem variar de ajuste de pH e realce de sabor, a prevenção do escurecimento enzimático em alimentos frescos. Já os Hidrocoloides são usados como coagulantes e espessantes em todas as áreas da indústria de alimentos e em um número crescente de aplicações cosméticas e farmacêuticas. E a Lecitina serve para desenvolver produtos como NGMO e não-alergênicos, *clean label*, alternativas à emulsificantes artificiais (Cargill, 2022). [↑](#footnote-ref-11)
12. As *commodities* agrícolas são produtos primários de alto valor estratégico, comercializados em bolsas de valores de todo o mundo e negociados globalmente. A soja é um exemplo de produto cultivado que tem alto valor no mercado internacional. Além da soja, entram na lista de commodities agrícolas, outros produtos como milho, café, açúcar, carne bovina, suco de laranja, algodão e trigo (UFSM, 2022). [↑](#footnote-ref-12)
13. O porto deve atender diretamente o agronegócio de grãos. Abaetetuba deve sediar um dos portos da empresa, entre eles estão as Estações de Transbordo de Cargas em Marituba (PA) e Porto Velho (RO) e os terminais portuários de Paranaguá (PR) e Santarém (PA). A companhia possui ainda *joint venture* com *Louis Dreyfus Commodities* (consórcio) para operação de grãos no Terminal Exportador de Santos (TES), em Santos (SP) e no Terminal Exportador do Guarujá (TEG), no Guarujá (SP), além do Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (TEAG), também no Guarujá (SP), para exportação de açúcar. [↑](#footnote-ref-13)
14. O inquérito civil público é um procedimento investigatório instaurado pelo Ministério Público para descobrir se um direito coletivo foi violado. Para tanto, o membro do Ministério Público pode solicitar perícia, fazer inspeções, ouvir testemunhas e requisitar documentos para firmar seu convencimento, conforme o § 1º do art. 8º da Lei 7347/85 (CNMP, 2022) [↑](#footnote-ref-14)